

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PÚBLICAS DA OBRAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS**

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (TCU, Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

Ref.:

Processo nº 2019/2226

Tomada de Preços nº 002/2019

Recorrente: Nobre Engenharia e Arquitetura LTDA. e Sampaio Construções Eireli - EPP

Recorrida: Assistence Engenharia Ltda. e outra.

R.H.
Mez, 08/04/19
às 11h. 20min.
Kátia

ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.898.820/0001-54, com sede à TR Antônio Reinaldo, nº 13, centro, CEP. 57.935-000, Paripueira/AL, representada por seu Sócio-Diretor, **CHRISTIANO LIMA SILVA**, brasileiro, engenheiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade sob o nº 98001273907 SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 024.698.454-67, residente e domiciliado à Rua Dr. Vicente de Paula Costa, nº 354, Gruta de Lourdes, Maceió/AL, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, ofertar as suas

CONTRARRAZÕES

ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **Nobre Engenharia e Arquitetura LTDA. e Sampaio Construções Eireli - EPP**, ambas já devidamente qualificadas, fazendo-o na forma e pelas razões de fato e de direito que a seguir se aduz, requerendo na oportunidade a Vossa Senhoria que receba a presente impugnação à peça recursal ventilada, processe-a como de praxe e remeta-a à Autoridade, onde deverá ser processada e julgada, no sentido de não ser dado provimento ao recurso ora guerreado.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Preambularmente, impõe-se demonstrar a tempestividade das presentes Contrarrazões ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **Nobre Engenharia e Arquitetura LTDA. e Sampaio Construções Eireli – EPP.**

Tempestiva é a presente peça defendente recursal, tendo em vista que o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da notificação, concedido pelo Ilustre Presidente da Comissão Permanente de Licitações para sua oferta, foi devidamente respeitado, a saber.

Indiscutivelmente tempestivas, portanto, as presentes razões.

2. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

2.1 DAS RAZÕES DA RECORRENTE NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.

Afirma a Recorrente que a decisão administrativa da CPL, que sagrou a Recorrida como vencedora do certame, deve ser revogada, sob o argumento que a proposta da Recorrida, que não observou:

- i) Para engenheiro eletricitista e civil o piso do engenheiro estabelecido pela Lei 5.194/66 e 4.590-A/66 e abaixo do SINAPI/JAN.19;
- ii) Na composição do seu preço o valor referente ao SAT – Seguro de Acidente de Trabalho encontram-se zerados; e por fim, que
- iii) O valor do salário hora-vigia noturno é superior à planilha do órgão.

Destarte, pugna a Recorrente que seja declarada vencedora do certame ante as supostas irregularidades das propostas recorridas.

2.2 DAS RAZÕES DA RECORRENTE SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP.

Aduz a Recorrente que a Recorrida deve ser desclassificada pelo suposto descumprimento do Edital, especialmente quanto à desoneração da planilha orçamentária ao excluir o SAT.

3. DA CORRETA DECISÃO DA CPL

Em sessão de julgamento, realizada em 19 de março de 2019, a Comissão Permanente de Licitação proferiu o julgamento do certame, restando à proposta da empresa Assistance Engenharia Ltda. vencedora, com o melhor valor, conforme segue:

Após análise técnica das propostas apresentadas pelo Eng.^o Júlio Alexandre Soares de Souza - DCEA, a Comissão por unanimidade classifica todas as propostas, por atenderem às exigências editalícias, classifica as propostas de preços das licitantes ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA; SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI; NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME; SHOCK ENGENHARIA LTDA e POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA, por atenderem às exigências editalícias, conforme tabela abaixo:

1º	ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA-EPP	R\$2.132.885,42
2º	SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP	R\$2.202.808,82
3º	NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA- ME	R\$2.307.963,67

Acertada a decisão da Comissão Permanente de Licitações.

Diferente do que sustenta a Recorrente, não há conduta irregular da CPL, nem ofensas aos princípios da Licitação, tampouco restrição ao caráter competitivo do certame.

Pelo contrário, ao que parece, há uma tentativa da Recorrente de tumultuar o certame, impor interpretações absolutamente insustentáveis, com o fito de sagrar-se vencedora da licitação, em nítida afronta ao princípio da vantajosidade, uma vez que perdeu na disputa de preços e, certamente, perderá no debate técnico apresentado em seu infundado Recurso Administrativo.

Face ao exposto, requer-se, desde já, que a Decisão proferida pela CPL seja mantida *in totum*, diante da falta de fundamentos das alegações sustentadas pela Recorrente, não sendo visível nenhum tipo de infração ao Edital e aos princípios das licitações públicas.

4. DAS CONTRARRAZÕES PROPRIAMENTE DITAS

Conforme dito anteriormente, não merece reparo a decisão proferida, por não apresentar qualquer tipo de incongruência ou vícios que possam vir a gerar alguma nulidade processual.

4.1 DAS ALEGAÇÕES DE INFRAÇÃO AO PISO DO ENGENHEIRO ESTABELECIDO PELA LEI 5.194/66 E 4.590-A/66

Aduz a empresa Recorrente, Nobre Engenharia e Arquitetura Ltda., que o preço praticado pela Recorrida não está respeitando o piso salarial dos engenheiros, previsto na **Lei 5.194/66 e 4.590-A/66**.

Contudo, conforme será demonstrado, os preços praticados são iguais aos utilizados pelo SINAPI e, portanto a afirmação apresentada pela Nobre Engenharia e Arquitetura de que consideramos os salários abaixo do piso legal da categoria estabelecida nas Leis 5.194/66 e 4.590-A/66, não merece prosperar, por várias razões.

Explico.

Inicialmente, necessário se faz ressaltar que é pacífico na legislação, na Doutrina e nos precedentes do TCU que os erros formais não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta. Admite-se, já há algum tempo, a correção da planilha orçamentária, desde que não ocorra a majoração do preço ofertado, nos exatos termos do art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, que dispõe:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Desse modo, sem que haja prejuízo para a Administração, é possível admitir que a licitante que cotou o menor valor global ajuste seus preços unitários de serviços indicados em sua planilha de preços que porventura não atendessem aos critérios de admissibilidade fixados no edital e/ou da legislação, desde que não ocorra a majoração do preço total.

Com fulcro no princípio do formalismo moderado e, sobretudo no princípio da supremacia do interesse público, o simples fato de o licitante apresentar composição de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior ao piso estabelecido em instrumento normativo negociado é caracterizado como mero erro formal, não ensejando a desclassificação da proposta. Considera-se erro formal, uma vez que pode ser saneado com a apresentação de nova composição de custo unitário desprovida de erro.

Nessa esteira, forte a jurisprudência do TCU no sentido de que a regra é a vedação de fixação de piso salarial mínimo para as contratações de serviços. Entretanto, existem vários precedentes que admitem a flexibilização de tal regra em situações específicas (p.ex., Acórdãos 256/2005, 290/2006, 1.327/2006, 332/2010, 1.584/2010 e 189/2011, todos do Plenário), conforme dispõe o Acórdão 2799/2017-Primeira Câmara, 09/05/2017, **Relator, BRUNO DANTAS**.

Esse mesmo entendimento encontra-se esposado no Acórdão 2546/2015 TCU, o qual afirma que “a existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços referentes à contratação de serviços não enseja, desde logo, a desclassificação das

respectivas propostas, podendo a administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, não altere o valor global proposto, cabendo, ainda, à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada”.

Outrossim, a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017**, especificamente no item 7.9 do Anexo, admite que os erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

Desse modo, verifica-se que as alegações da empresa Recorrente não se sustentam, uma vez que os erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta.

Destaque-se que conforme tabela comparativa entre o preço da Planilha de Referência e o Preço das Propostas das licitantes, está respeitado o piso salarial dos engenheiros. Veja-se:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI R\$				
					SINAPI 01/2019 NÃO DESONERADO	PLANILHA DE REFERÊNCIA	ASSISTENCE ENGENHARIA	SAMPAIO ENGENHARIA	NOBRE ENGENHARIA
1.1	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	R\$ 83,83	R\$ 83,83	R\$ 80,10	R\$ 83,83	R\$ 83,83
1.4	88326	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	R\$ 15,33	R\$ 14,50	R\$ 14,81	R\$ 14,50	R\$ 14,50
15.1.1	91677	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	R\$ 80,30	R\$ 80,30	R\$ 76,39	R\$ 57,00	R\$ 80,30

Tabela 01 – Análise da mão-de-obra

Após analisar os preços no SINAPI de Janeiro/2019 constata-se o que segue:

- Engenheiro Civil de Obra Junior com Encargos Complementares (90777)** – o SINAPI apresenta o valor de R\$ 82,42 para uma hora de trabalho já incluso 113,76% dos encargos sociais, desta forma, após retirar os encargos sociais, constata-se que o valor da hora do engenheiro civil custa R\$ 38,56. (Doc. nº 01).
- Engenheiro Eletricista com Encargos Complementares (91677)** – o SINAPI apresenta o valor de R\$ 77,74 para uma hora de trabalho já incluso 113,76% dos encargos sociais, desta forma, após retirar os encargos sociais, constata-se que o valor da hora do engenheiro eletricista custa R\$ 36,37. (Doc. nº 02).

Por oportuno, impende ressaltar que para composição de custos para **Engenheiro Eletricista** há nítida especificidade, já apreciada pela CPL, conforme segue:

ao representante da empresa NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME alegou descumprimento ao item 15.01.01 da planilha orçamentária tanto pela empresa SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP tanto pela empresa ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA-EPP quanto ao valor pago como piso do engenheiro eletricista. Diante das alegações a comissão decidiu que o papel do engenheiro na referida obra é apenas como consultoria e não como funcionário efetivo da empresa, razão pela qual mantém a classificação conforme tabela acima. Após a decisão da Comissão o representante

Logo, apresentam-se a seguir as composições de preços unitários - não solicitadas durante a fase de Propostas - com os valores referentes aos serviços de Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista da Assistence Engenharia Ltda.

Tabela 02 – Composição Engenheiro Civil – Assistence Engenharia Ltda.

Tabela 02 – Composição Engenheiro Civil – Assistência Engenharia 2020

1.1. 90777 - ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
GERAL		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	0,34	0,34
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	0,05	0,05
				TOTAL GERAL:		0,39
MAO DE OBRA		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00002706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	SINAPI	H	1,00000000	38,56	38,56
				TOTAL MAO DE OBRA:		38,56
SERVICO		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88237	EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) – HORISTA	SINAPI	H	0,03500000	0,68	0,02
95402	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SINAPI	H	0,70000000	0,46	0,32
				TOTAL SERVICO:		0,34
				VALOR SEM ENCARGOS:		39,29
				VALOR ENCARGOS:		40,81
				VALOR COM ENCARGOS:		80,10

Tabela 03 – Composição Engenheiro Eletricista – Assistence Engenharia Ltda.

Tabela 03 – Composição Engenheiro Eletricista – Assistência Engenharia

15.1.1. 91677 - ENGENHEIRO ELETICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)

GERAL		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	0,34	0,34
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	0,05	0,05
				TOTAL GERAL:		0,39

MAO DE OBRA		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00034783	ENGENHEIRO ELETICISTA	SINAPI	H	1,00000000	36,37	36,37
				TOTAL MAO DE OBRA:		36,37

SERVICO		FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
88237	EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) – HORISTA	SINAPI	H	0,03500000	0,68	0,02

95407	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) – HORISTA	SINAPI	H	0,70000000	1,00	0,70
						TOTAL SERVIÇO: 0,72
						VALOR SEM ENCARGOS: 37,48
						VALOR ENCARGOS: 38,91
						VALOR COM ENCARGOS: 76,39

Por fim, e para sanar quaisquer dúvidas, colaciona-se Acórdão esclarecedor no TCU:

REPRESENTAÇÃO. RDC ELETRÔNICO. POSSÍVEL
DESCCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE. CONCESSÃO DA
CAUTELAR SUSPENSIVA. OITIVAS. CONHECIMENTO.
PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÃO PARA A ANULAÇÃO DA
INDEVIDA DESCCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE, COM A NULIDADE
DE TODOS OS ATOS SUBSEQUENTES. ARQUIVAMENTO SEM
PREJUÍZO DO MONITORAMENTO. CIÊNCIA.

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Secex-AM, a partir de manifestação da Ouvidoria (Peça nº 2), sobre possíveis irregularidades no RDC Eletrônico nº 6/2017-Ufam destinado à subsequente contratação de empresa para a construção do Bloco 4 do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, no Município de Parintins – AM, sob o valor estimado de R\$ 7.563.233,49;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, já que preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no 237, VI, do RITCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. assinar o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da presente deliberação, para que, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 45 da Lei 8.443, de 1992, a Fundação Universidade do Amazonas (Ufam) adote as medidas cabíveis para a anulação da suscitada desclassificação da JJ Barroso Ltda., no âmbito do RDC Eletrônico nº 6/2017-Ufam, com a consequente nulidade de todos os atos subsequentes, promovendo o retorno do certame à etapa de julgamento, para a reanálise das propostas de todas as licitantes, em plena sintonia com o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública;

9.3. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da ciência da presente deliberação, a Fundação Universidade do Amazonas informe o TCU sobre o resultado do efetivo cumprimento do item 9.2 deste Acórdão;

9.4. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que a Fundação Universidade do Amazonas atente para a observância dos seguintes aspectos:

9.4.1. as omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não ensejam necessariamente a antecipada desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública promover as adequadas diligências junto às licitantes para a devida correção das eventuais falhas, sem a alteração, contudo, do valor global originalmente proposto, em consonância, por exemplo, com os Acórdãos 2.546/2015, 1811/2014 e 187/2014, do Plenário do TCU;

9.4.2. a eventual preclusão do direito de recurso por perda de prazo, nos termos do art. 45, § 1º, da Lei nº 12.462, de 2011, não se confunde com o poder-dever de a administração rever os seus atos eivados de ilegalidade, nos termos do art. 63, § 2º da Lei nº 9.784, de 1999, e da Súmula nº 473 do STF;

9.5. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Ouvidoria do TCU e à Fundação Universidade do Amazonas, para ciência e eventuais providências;

9.6. determinar que a unidade técnica promova arquivamento do presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento das determinações prolatadas pelos itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão, dispensando a Secex-AM, contudo, do monitoramento sobre o item 9.4 deste Acórdão.

(ACÓRDÃO 830/2018 – PLENÁRIO, Relator ANDRÉ DE CARVALHO, Processo nº 000.643/2018-1).

Assim, de acordo com nossas composições, fica claro que estamos utilizando os preços iguais aos utilizados pelo SINAPI e, portanto a afirmação apresentada pela Nobre Engenharia e Arquitetura de que consideramos os salários abaixo do piso legal da categoria estabelecida nas Leis 5.194/66 e 4.590-A/66, mostra-se Equivocada.

4.2 O VALOR DO SALÁRIO HORA-VIGIA NOTURNO É SUPERIOR À PLANILHA DO ÓRGÃO

Quanto à constatação de que no item 1.4 – **Vigia Noturno com encargos complementares**, utilizamos valor unitário mais alto que a planilha do órgão, este problema ocorreu devido um equívoco do órgão no preenchimento da planilha de referência. O órgão referenciou o código 88326 com preço de Janeiro/2019, mas acabou adotando o preço divergente do informado pelo SINAPI.

O SINAPI de Janeiro/2019, código **88326 – Vigia Noturno com Encargos Complementares** estipula o preço de R\$ 15,33 conforme (Doc. nº 03).

Para elaboração de nossa proposta, utilizamos um sistema que busca os preços diretos do SINAPI, assim o sistema puxou o preço correto R\$ 15,33 e não o preço da planilha de referência R\$ 14,50.

Entende-se que a divergência no valor pode ser ajustada sem prejuízo para o órgão público e para a classificação da empresa e, tratando o equívoco como sendo apenas falha de digitação por parte do órgão, a empresa ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA – EPP se dispõem a ajuste de planilha caso a comissão entenda que a correção é necessária.

Tabela 04 – Composição Vigia Noturno – Assistence Engenharia Ltda.

Tabela 04 – Composição Vigia Noturno – Assistência Engenharia Ltda.

1.4. 88326 - VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (H)						
GERAL		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00037370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	1,28	1,28
00037371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	1,15	1,15
00037372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	0,34	0,34
00037373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	SINAPI	H	1,00000000	0,05	0,05
					TOTAL GERAL:	2,82
MAO DE OBRA		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00041776	VIGIA NOTURNO, HORA EFETIVAMENTE TRABALHADA DE 22 H AS 5 H (COM ADICIONAL NOTURNO)	SINAPI	H	1,00000000	5,83	5,83
					TOTAL MAO DE OBRA:	5,83
SERVICO		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
95388	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA VIGIA NOTURNO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) – HORISTA	SINAPI	H	0,70000000	0,02	0,01
					TOTAL SERVICO:	0,01
					VALOR SEM ENCARGOS:	8,66
					VALOR ENCARGOS:	6,15
					VALOR COM ENCARGOS:	14,81

4.3 DESONERAÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA AO EXCLUIR O SAT

Afirma a Recorrente que a Proposta da ora Recorrida deve ser desqualificada, uma vez que na composição do seu preço o valor referente ao SAT – Seguro de Acidente de Trabalho encontram-se zerados.

Conforme sustentado no **Tópico 4.1** ocorreu mero erro formal, o que não resulta em motivo suficiente para a desclassificação da proposta, admitindo-se a correção da planilha orçamentária, desde que não ocorra a majoração do preço ofertado.


Desse modo, a desclassificação da Vencedora não passa de um formalismo exacerbado, o que sem sobra de dúvidas caracteriza ato antieconômico e contrário ao interesse público.

Ademais não há como a Contratada se escusar de obrigações legais, quer sejam trabalhistas, previdenciárias ou fiscais. Nessa linha dispõe o art. 71 da Lei 8.666/93:

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Tal erro formal não trouxe qualquer vantagem para ora Recorrida conforme explicado abaixo.

Tabela 05 – Tabela de encargos sociais da proposta.

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS			
	OBRA:	REFORMA NOVA SEDE DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	DATA: 12/03/2019
	LOCAL:	PRAÇA MARCHEL DEODORO, 314, CENTRO, MACEDONAL	BCI: 23,26%
	BCI DF:	15,63 %	L.S. Hora: 104,96%
	PRAZO DE EXECUÇÃO:	150 DIAS corridos	L.S. Mês: 61,37%

COD	DESCRIÇÃO	HORA %	MÊS %
A	GRUPO A		
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SE SI	0,00	0,00
A3	SENAI	0,00	0,00
A4	INCHRA	0,00	0,00
A5	SEBRAE	0,00	0,00
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	0,00	0,00
A8	FGTs	0,00	0,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
	TOTAL	20,00	20,00

B	GRUPO B		
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	16,06	0,00
B2	FÉRIAS	4,68	0,00
B3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	0,92	0,71
B4	13º SALÁRIO	10,84	8,33
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07	0,06
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,72	0,56
B7	DÍAS DE CHUVAS	1,83	0,00
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11	0,09
B9	FÉRIAS GOZADAS	7,34	5,65
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03	0,02
	TOTAL	44,60	15,42

C	GRUPO C		
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,41	3,39
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,10	0,08
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	5,94	4,57
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	4,74	3,65
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,37	0,29
	TOTAL	15,56	11,98


D	GRUPO D		
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	16,41	5,67
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,39	0,30
	TOTAL	16,80	5,97

HORISTA = 104,96%
MENSALISTA = 61,37%

A + B + C + D

Avaliando a Tabela de Encargos, **Tabela 05 (acima)**, foi constatada a ausência do encargo SAT (Seguro Acidente de Trabalho), em decorrência de uma falha de comunicação por parte do escritório de contabilidade que presta serviço para a empresa Assistance Engenharia LTDA. O equívoco se deu por entender que a empresa é optante pelo simples e cumpre com todas as suas responsabilidades tributárias e fiscais em guia única de recolhimento (DAS), passando despercebido o valor de arrecadação do SAT. Cabe ressaltar que essa ausência não trouxe nenhuma vantagem para a Empresa Assistance Engenharia Ltda.

Tabela 06 – Tabela Encargos corrigida.

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS			
	OBRA:	REFORMA NOVA SEDE DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA -	DATA: 15/03/2012 L.S. Hora: 107,96%
	LOCAL:	PRAÇA MARCHEL DEODORO, 376, CENTRO, MACÉIOL	BDI: 23,26% L.S. Mão: 64,37%
	BDI OF.:	15,62%	
	PRazo DE EXECUÇÃO:	150 DIAS CORRIDOS	

COD	DESCRIÇÃO	HORA %	MÊS %
A	GRUPO A	20,00	20,00
A1	INSS	0,00	0,00
A2	SESI	0,00	0,00
A3	SENAI	0,00	0,00
A4	INCRA	0,00	0,00
A5	SEBRAE	0,00	0,00
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	3,00	3,00
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	8,00	8,00
A8	FGTS	0,00	0,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
	TOTAL	31,00	31,00

B	GRUPO B	18,06	0,00
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	4,68	0,00
B2	FÉRIAS	0,92	0,71
B3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	10,84	8,33
B4	13º SALÁRIO	0,07	0,06
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,72	0,56
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	1,83	0,00
B7	DÍAS DE CHUVAS	0,11	0,09
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	7,34	5,65
B9	FÉRIAS GOZADAS	0,03	0,02
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	44,60	15,42
	TOTAL	44,60	15,42

C	GRUPO C	4,41	3,39
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,10	0,08
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	5,94	4,57
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	4,74	3,66
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	0,37	0,29
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	15,56	11,98
	TOTAL	15,56	11,98

D	GRUPO D	16,41	5,67
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	0,39	0,30
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	16,00	5,97
	TOTAL	16,41	5,67

HORISTA = 107,96%
MENSALISTA = 64,37%

A + B + C + D

Após constatação da falha que incide no encargo SAT – Seguro Acidente de Trabalho, corrigido e apresentado na tabela de encargos, **Tabela 06**. Foram aplicados os valores da proposta a fim de comparar os valores apresentados pelas empresas concorrentes, demonstrando que a empresa Assistence Engenharia LTDA, mesmo após a correção do SAT permanece com a Proposta mais vantajosa para a administração pública conforme mostra a **Tabela 07**.

Tabela 07 – Valores das propostas

VALOR CORRIGIDO APÓS A APLICAÇÃO DO SAT (3%) NOS ENCARGOS			
1º	ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA – EPP	R\$	2.139.982,73
2º	SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP	R\$	2.202.808,82
3º	NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA – ME	R\$	2.307.963,67

Avaliando as alterações simuladas podemos constatar que mesmo incluindo os 3% do SAT a empresa ASSISTENCE ENGENHARIA LTDA – EPP apresenta a proposta mais vantajosa para o órgão e independente da falha nos encargos, a empresa cumpre com todas as responsabilidades tributárias e fiscais. Apesar de o encargo SAT estar ausente na planilha, o mesmo não é uma falha presente no funcionamento da empresa conforme **GFIPS em (Doc. nº 04)**.

**4.3.1 DA NECESSIDADE DE AJUSTE DA PLANILHA.
ERRO NO PREENCHIMENTO DA PLANILHA NÃO
CONSTITUI MOTIVO PARA A DESCLASSIFICAÇÃO
DA PROPOSTA.**

A Constituição Federal vigente determina, na esfera de procedimentos administrativos, a licitação como um dos instrumentos primordiais na garantia de aplicação do dinheiro público. Quando da necessidade de contratação pela administração pública, é de fundamental importância o controle de seus gastos, com base na escolha da melhor proposta.

Importante lição do doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello¹, em seu Curso de Direito Administrativo, conceitua licitação nos seguintes termos:

É o procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, outorgar concessões permissões de obra, serviço ou uso exclusivo de bem público, segundo

¹ BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. Ed. Malheiros, 17ª edição, p. 485.

condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros estabelecidos e divulgados.

Nesse compasso, para o ilustre Professor Administrativista a licitação visa alcançar dois objetivos específicos: 1. proporcionar às entidades governamentais possibilidades de realizarem o negócio mais vantajoso – selecionar a proposta mais vantajosa para administração –; 2. assegurar aos administrados ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas pretendam realizar com os particulares, em nítida homenagem ao princípio constitucional da isonomia.

É a própria Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 37, XXI, que impõe a necessidade de licitação para contratações públicas, assim catalogada:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Constata-se, pois, que o procedimento licitatório objetiva permitir que a Administração Pública contrate aqueles que reúnam as condições necessárias para o atendimento do interesse público, levando em consideração aspectos relacionados à capacidade técnica e econômico-financeira do licitante, à qualidade do produto e ao valor do objeto.

A presente licitação, de acordo com o que determina a Lei nº 8.666/93, tem como objetivo a contratação de empresa especializada em construção civil na modalidade Tomada de Preço, do tipo menor preço.

Pois bem! A Recorrida apresentou a proposta mais vantajosa para Administração Pública, de acordo com o fim desejado pela Administração.

Malgrado a Recorrida ter sido classificada em 1º lugar, com a proposta de preço mais baixa, os recursos sustentam que a proposta deveria ser desclassificada, sob o argumento

de que não haveria observado o Edital.

De certo, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 3.037/2009-TCU-Plenário, pacificou o entendimento da necessidade de que as alíquotas de PIS, ISS e Cofins, discriminados na planilha de composição do BDI, em face de ser optante do Simples Nacional, bem como dos encargos sociais referentes ao Sesi, Senai e Sebrae devem observar a Lei Complementar nº 123/2006, com o fito de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, de ampliar a eficiência das políticas públicas voltadas para às microempresas e empresas de pequeno porte e do fomento do desenvolvimento local.

Ora, o Constituinte, o Legislador e o Tribunal de Contas comungam do entendimento da necessidade de garantir tratamento diferenciado para empresas optantes do Simples Nacional, concretizando assim o Princípio da Isonomia, com a redução e/ou isenção de alíquotas, contribuições e unificação de tributos.

4.3.2 DA NECESSIDADE DE CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Outrossim, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório corre o sério perigo de ser lesado caso a CPL não converta em diligência.

O Edital do referido processo licitatório, traça as possibilidades de correção de erro no preenchimento da planilha, aduzindo que erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, tendo como requisito primordial a impossibilidade de majoração do preço proposto.

Vale repisar que o art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, cataloga que “É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

Via de regra, o Tribunal de Contas da União entende pela possibilidade de permitir que a empresa com a proposta mais vantajosa para Administração possa corrigir a planilha apresentada durante o certame. Entrementes, essa possibilidade não pode resultar em aumento do valor total já registrado que serviu de parâmetro comparativo entre os participantes:

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da

proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (TCU, Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

É ressaltado que a inobservância do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório enseja nulidade do certame licitatório.

Desse modo, para que o tratamento jurídico diferenciado seja efetivado, com fulcro nos artigos 170, IX e 179 da Constituição Federal, bem como aos artigos 42 a 49 do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, necessário se faz observar o Princípio da Vinculação ao Edital, com a possibilidade de correção do erro no preenchimento da planilha.

Destarte, não é dado a Administração Pública o poder de se desvincular da legalidade. A observância dos princípios constitucionais é essencial para a eficiência do administrador que nada mais é que um princípio constitucional que determina que o administrador escolha, dentre as diversas possíveis soluções, a mais eficiente. É imprescindível a razoabilidade do julgamento de tais situações no direito administrativo que impõe que as decisões administrativas devam ser reflexas do bom senso e sejam dotadas de razão.

5. ERROS NAS PROPOSTAS DAS RECORRENTES

Em que pese não ter sido objeto de Recurso pela ora Recorrida, a empresa Vencedora utiliza-se dessa oportunidade para apresentar os erros constantes nas propostas das Recorrentes.

SAMPAIO CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP

A empresa Sampaio Construções apresentou sua proposta de preço para o item salário de Engenheiro Eletricista abaixo do mínimo legal e do SINAPI.

NOBRE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.

A proposta da Terceira colocada, a empresa Nobre Engenharia, não observa o item 8.2 (...) 2) do Edital, especificamente quanto à declaração expressa, e por escrito, da forma como fará o cálculo do imposto ISS, se sobre todo o valor da nota fiscal ou somente sobre a parcela de serviços, em conformidade com a Legislação Municipal.

6. DOS REQUERIMENTOS

Diante de tudo quanto fora exposto, a Recorrida utiliza-se do presente para fins de REQUERER a Vossa Excelência as seguintes providências:

- a) Que as Contrarrazões em Recurso Administrativo ora apresentadas sejam devidamente recebidas, posto que plenamente tempestivas;
- b) Que seja *mantida in totum* a decisão proferida pela CPL, permanecendo julgada vencedora a empresa Assistence Engenharia Ltda, uma vez que foi observado integralmente o princípio de vinculação ao instrumento convocatório;
- c) Que seja negado provimento à Apelação das Recorrentes, pelos argumentos aqui esposados.

Nesses termos,
pede deferimento.

Maceió/AL, 08 de abril de 2019.


ASSISTNECE ENGENHARIA LTDA
CNPJ nº 08.898.820/0001-54

DOC. N° 01

SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL 1

PCI.818.01 - CUSTOS DE COMPOSIÇÕES ANALÍTICO
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA: 113,76% (HORA) 70,17% (MÊS)
ABRANGÊNCIA: NACIONAL
DATA REFERENCIA TÉCNICA: 13/02/2019

S U M Á R I O

DADOS DO RELATÓRIO

NOME : PCI.818-01
DESCRIÇÃO : Custos de Composição Analítico
VERSÃO : 00

EMISSION : 14/02/2019 23:06:50

DADOS DA SOLICITAÇÃO

PROTOCOLO : 999999999
USUÁRIO : RMENSAL - ROTINA MENSAL

PARÂMETROS :
ABRANGÊNCIA : NACIONAL
LOCALIDADE : MACEIO
VÍNCULO : TODOS REFERENCIAIS
DATA DE PREÇO : 01/01/2019
DATA DE RT : 13/02/2019
NÍVEL DE PREÇO : MEDIANO
ENCARGOS : PADRÃO
CLASSES A SUPRIMIR : NENHUMA

LEGENDA - ORIG. PREÇO
C - COLETADO
AS - ATRIBUÍDO SÃO PAULO
CR - COEFICIENTE DE REPRESENTATIVIDADE

SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL 1

3254 de 3286

DATA DE EMISSÃO: 14/02/2019 23:06:50

PCI.818.01 - CUSTOS DE COMPOSIÇÕES ANALÍTICO
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA: 113,76% (HORA) 70,17% (MÊS)
ABRANGÊNCIA: NACIONAL

DATA REFERENCIAL TÉCNICA: 13/02/2019

VÍNCULO : ENCARGOS COMPLEMENTARES REFERENCIAL									
C	95401	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENCARREGADO GERAL (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HO	H	C	1,00000000	0,30	0,30		
		RISTA							
		MATERIAL	:		2,83	13,6188642 %			
		MÃO DE OBRA	:		17,98	86,3811358 %			
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:		20,81	100,0000000 %			
		TOTAL COMPOSIÇÃO							
	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H						
I	2706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	C	1,00000000	82,42	82,42		
I	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,00000000	0,34	0,34		
I	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,00000000	0,05	0,05		
I	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	CR	0,05000000	0,98	0,98		
C	88237	EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA							
C	95402	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLE	H	C	1,00000000	0,98	0,98		
		MENTARES) - HORISTA							
		MATERIAL	:		0,40	0,4773269 %			
		MÃO DE OBRA	:		83,43	99,5226731 %			
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:		83,83	100,0000000 %			
		TOTAL COMPOSIÇÃO							
	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H						
I	2707	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO	H	CR	1,00000000	93,79	93,79		
I	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,00000000	0,34	0,34		
I	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,00000000	0,05	0,05		
I	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	CR	0,05000000	0,98	0,98		
C	88237	EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA							
C	95403	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (ENCARGOS COMPLEM	H	CR	1,00000000	1,11	1,11		
		ENTARES) - HORISTA							
		MATERIAL	:		0,40	0,4197271 %			
		MÃO DE OBRA	:		94,93	99,5802729 %			
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:		95,33	100,0000000 %			
		TOTAL COMPOSIÇÃO							
I	90779	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H						
I	2708	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR	H	CR	1,00000000	128,23	128,23		

→ Salário do Eng Civil - R\$ 38,56
Sem os encargos sociais

DOC. N° 02

SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL 1

DATA DE EMISSÃO: 14/02/2019 23:06:50

PCI.818.01 - CUSTOS DE COMPOSIÇÕES ANALÍTICO 70,17% (MÊS)

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA: 113,76% (HORA)

ABRANGÊNCIA: NACIONAL

DATA REFERENCIAL TÉCNICA: 13/02/2019

VÍNCULO : ENCARGOS COMPLEMENTARES REFERENCIAL

	MATERIAL	:	2,83	9,9612812 %					
	MÃO DE OBRA	:	25,61	90,0387188 %					
	TOTAL COMPOSIÇÃO	:	28,44	100,0000000 %	-	ORIGEM DE PREÇO: CR			
	91677 ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES			H			77,74	77,74	
I	34783 ENGENHEIRO ELETRICISTA			H	CR	1,0000000	0,34	0,34	
I	37372 EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)			H	C	1,0000000	0,05	0,05	
I	37373 SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)			H	CR	0,0500000	0,98	0,04	
C	88237 EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA			H	CR	1,0000000	2,13	2,13	
C	95407 CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES)			H	CR	1,0000000			
	- HORISTA	:	0,40	0,4983181 %					
	MATERIAL	:	79,90	99,5016819 %					
	MÃO DE OBRA	:	80,30	100,0000000 %	-	ORIGEM DE PREÇO: C			
	TOTAL COMPOSIÇÃO	:		H					
	91678 ENGENHEIRO SANITARISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES			H	CR	1,0000000	77,83	77,83	
I	34785 ENGENHEIRO SANITARISTA			H	C	1,0000000	0,34	0,34	
I	37372 EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)			H	C	1,0000000	0,05	0,05	
I	37373 SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)			H	CR	0,0500000	0,98	0,04	
C	88237 EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	:	0,40	0,513127 %					
	MATERIAL	:	77,86	99,4886873 %					
	MÃO DE OBRA	:	78,26	100,0000000 %	-	ORIGEM DE PREÇO: CR			
	TOTAL COMPOSIÇÃO	:		MES					
	93556 FERRAMENTAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA			UN	CR	1,3223383	4,29	5,67	
I	10 BALDE PLÁSTICO CAPACIDADE *10* L			UN	C	0,1119561	113,40	12,69	
I	2711 CARRINHO DE MÃO DE AÇO CAPACIDADE 50 A 60 L, PNEU COM CAMARA			UN	C	0,0106697	599,90	6,40	
I	11359 ESMERILHadeira ANGULAR ELÉTRICA, DIÂMETRO DO DISCO 7 '' (180 MM), ROTAÇÃO			UN	C				
	8500 RPM, POTENCIA 2400 W			UN	CR	1,5050941	5,64	8,48	
I	12815 FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M			UN	CR				

→ Salário do Eng. Eletricista - R\$ 36,37
sem os encargos sociais

DOC. N° 03

SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL 1

DATA DE EMISSÃO: 14/02/2019 23:06:50

PCI.818.01 - CUSTOS DE COMPOSIÇÕES ANALÍTICO
 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA: 113,76% (HORA) 70,17% (MÊS)
 ABRANGÊNCIA: NACIONAL

DATA REFERENCIAL TÉCNICA: 13/02/2019

VÍNCULO : ENCARGOS COMPLEMENTARES REFERENCIAL									
I	37370	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	1,28	1,28		
I	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	1,15	1,15		
I	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	0,34	0,34		
I	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	0,05	0,05		
C	88236	FERRAMENTAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	AS	1,0000000	0,36	0,36		
C	88237	EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	CR	1,0000000	0,98	0,98		
C	95387	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA VIDRAGEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	CR	1,0000000	0,12	0,12		
		EQUIPAMENTO	:		0,08	0,5270092 %			
		MATERIAL	:		4,08	26,8774703 %			
		MÃO DE OBRA	:		11,02	72,5955205 %			
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:		15,18	100,0000000 %			
				H					
I	88326	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H						
I	37370	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	1,28	1,28		
I	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	1,15	1,15		
I	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	0,34	0,34		
I	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	0,05	0,05		
I	41776	VIGIA NOTURNO, HORA EFETIVAMENTE TRABALHADA DE 22 H AS 5 H (COM ADICIONAL NOTURNO)	H	CR	1,0000000	12,46	12,46		
C	95388	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA VIGIA NOTURNO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	CR	1,0000000	0,05	0,05		
		A	:		2,82	18,3953033 %			
		MATERIAL	:		12,51	81,6046967 %			
		MÃO DE OBRA	:		15,33	100,0000000 %			
		TOTAL COMPOSIÇÃO	:						
				H					
I	88377	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H						
I	37370	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	1,28	1,28		
I	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	1,15	1,15		
I	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	C	1,0000000	0,34	0,34		

DOC. N° 04